

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE E UNIDADE TÉCNICA (se houver)

**Unidade Demandante (nome e sigla):**

Seç de Gestão da Acessibilidade e Inclusão/SEACCESS

**Responsável pela Unidade Demandante:**

Caroline Petilo Mascarenhas

**E-mail:**

seaccess@tre-sp.jus.br

**Ramal:**

2462

**Coordenadoria (nome e sigla):**

Coordenadoria de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade - COAIS

**Secretaria/Assessoria Demandante (nome e sigla):**

Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições

**Unidade Técnica (se houver) (nome e sigla):**

-

**Responsável pela Unidade Técnica:**

-

**Coordenadoria da Unidade Técnica (nome e sigla):**

-

**Secretaria/Assessoria da Unidade Técnica (nome e sigla):**

-

**Natureza da Contratação:**

Serviço sem dedicação exclusiva

**Descrição Sucinta do Objeto da Contratação:**

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de natureza continuada de mão de obra especializada em tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), gravado e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas por este Regional, dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, de acordo com as quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e sob demanda.

**Breve Justificativa da Aquisição/Contratação:**

1- Em relação aos serviços pré-gravados, quais sejam: Libras pré-gravado, Audiodescrição (AD) pré-gravado e Legendagem (LD) pré-gravado, a inserção de acessibilidade nos vídeos por empresas diferentes poderia comprometer não só a integridade do vídeo e a qualidade técnica dos acoplamentos, mas também prejudicar o prazo de execução, uma vez que as etapas teriam que ser sucessivas e não simultâneas.

2 - A contratação única para estes itens permite que ela seja mais atrativa para o mercado e promova preços mais baixos, além de otimizar o processo de gestão e fiscalização do contrato.

3- Os referidos serviços são correlatos e a união deles em um grupo proporciona a contratação de empresas especializadas em acessibilidade, o que poderá, potencialmente, trazer uma melhor qualidade técnica dos serviços.

4- Já em relação ao serviço de tradução/interpretação de Libras ao vivo, poderá ser feita uma contratação única, ou seja, a licitante poderá optar por participar apenas da licitação deste item.

5- Do Caráter Continuado do Serviço. A instrução normativa nº 05, de 25 maio de 2017 art. 15 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão da República Federativa do Brasil, que dispõe que serviços contínuos são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um

serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Assim, o objeto a ser contratado, trata-se de serviço contínuo, visto que uma vez interrompida sua execução prejudicará as atividades finalísticas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

**Memória de Cálculo:**

Libras ao vivo: Previsão : 400 horas - Valor/hora (mediana orçamentos) R\$ 350/hora - Total R\$ R\$ 140.000  
Libras gravado: Previsão: 4500 minutos - Valor/minuto (mediana orçamentos) : R\$ 40/min - Total R\$ 180.000  
AD gravado: Previsão: 1600 minutos - Valor/minuto (mediana orçamentos) : R\$ 40/min - Total R\$ 64.000  
LSE gravado: Previsão: 4000 minutos - Valor/minuto (mediana orçamentos) : R\$ 31/min - Total R\$ 124.000

Serviço ao vivo: R\$ 140.000  
Serviço gravado: R\$ 368.000  
Total a ser contratado: R\$ 508.000  
Valor mensal: R\$ 42.333,33

**Modalidade de Contratação Sugerida:**

Pregão contratação direta

**Item previsto no PCA?**

**Para consultar, acesse o PCA publicado ou o SMPCA, ambos no Portal de Governança das Contratações.**

Sim

**Informar o ano do PCA:**

**Se o objeto não foi previsto no PCA, escrever "não se aplica".**

ano 2026 - item 5388 - SEPLAN

**Informar o código do contrato:**

**Se o objeto não foi previsto no PCA, escrever "não se aplica".**

5388

FONTE DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

**Valor Orçamentário Aprovado para a Demanda no Exercício: R\$:**

156.240,00

**Valor Unitário do Item Estimado pelo Demandante: R\$**

**Soma dos valores unitários dos itens, quando houver pluralidade.**

42.333,33

**Quantidade Estimada de Itens da Demanda:**

12

**Valor Total Estimado pelo Requisitante/Demandante: R\$**

**Soma dos valores totais dos itens.**

508.000

**Contratação Inédita no TRE-SP?**

Não

**Possui Critério de Acessibilidade?**

**Caso possua critério de acessibilidade, descrever sucintamente os critérios aplicáveis no campo**

**"Observação" deste formulário. Caso não exista critério de acessibilidade aplicável, apresentar justificativa no campo "Observação" deste formulário.**

Sim

**Possui Critério de Sustentabilidade?**

**Caso exista mais de uma espécie de critério de sustentabilidade, marcar o predominante neste campo e**

**indicar todos no campo "Observação" deste formulário, descrevendo sucintamente cada critério aplicável.**

**Caso não exista critério de sustentabilidade aplicável, apresentar justificativa no campo "Observação" deste formulário.**

Dimensão social

**Grau de Prioridade da Compra ou Contratação:**

Alto

**Se o grau de prioridade for alto, justificar:**

-

**Observação:**

Considera-se a contratação prioritária e estratégica para a Administração para atender ao vasto arcabouço legal que trata sobre o tema da acessibilidade comunicacional, buscando, dessa forma, a conformidade jurisdicional, a exemplo do art. 4º e seus incisos da Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre a necessidade de o Poder Judiciário implementar medidas para a promoção da acessibilidade, bem como a Resolução TRE-SP nº 503/2020, que instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP, a Lei 13.146/2015, em especial os arts. 67 e 71 e a Resolução nº 23.381/2012 do Tribunal Superior Eleitoral, que instituiu o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral.

Nessa linha, a contratação promoverá a manutenção dos recursos de acessibilidade comunicacional no âmbito da Justiça Eleitoral paulista, podendo-se destacar o fornecimento de LIBRAS nas Sessões Plenárias, a garantia da acessibilidade da comunicação às pessoas com deficiência auditiva e visual, o aprimoramento contínuo das condições de trabalho para os servidores e servidoras com deficiência auditiva ou visual, bem como possibilitar a acessibilidade nos inúmeros eventos realizados ao longo do ano por esta Casa.

Cabe ressaltar que, em relação às Sessões Plenárias deste Tribunal, o serviço de intérpretes de LIBRAS ao vivo é fornecido de forma contínua e uma possível interrupção causaria prejuízos à acessibilidade comunicacional às pessoas com deficiência auditiva e à imagem deste Tribunal como uma instituição acessível e inovadora.

Além do recurso de Libras, a contratação também promoverá a acessibilidade por meio do recurso de Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), que podem oferecer uma melhor compreensão da mensagem que está sendo transmitida pelas pessoas com dislexia e Transtorno do Espectro Autista - TEA), pessoas idosas, crianças, pessoas com baixo letramento ou com dificuldade cognitiva, tornando-os, assim, recursos de ampla utilidade, podendo ser usufruídos por qualquer pessoa, tenha ela deficiência ou não.

Observação:

\* Critérios de sustentabilidade:

- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

- Não ter sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos últimos cinco anos, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI, Lei n.º 14.133, de 2021).

- Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

PRAZOS

**Data estimada para entrega das minutas de ETP/TR na SAM:**

04/03/2026

**Data estimada para assinatura do contrato ou ARP ou emissão da nota de empenho:**

22/07/2026

**Data estimada de disponibilização do bem/serviço:**

27/08/2026

**Para a hipótese de repetição da demanda, o pedido/termo de referência foi/será elaborado com base na última versão analisada pela ASSJUR e aprovada pela autoridade superior investida (SAM e/ou DG/Presidência)?**

Não se aplica

**Se sim, indicar os respectivos documentos e processos (nº do SEI; nº doc. SEI do TR consolidado; nº doc. SEI do Parecer jurídico/ASSJUR; nº doc. SEI da Decisão aprovação instauração). Se não, ou se não se aplicar, responder "não se aplica":**

Não se aplica

Responsáveis pela Fiscalização

Servidores responsáveis pelo acompanhamento de execução da Nota de Empenho e/ou Contrato.

**Titular:**

Gabriela Brandão Rodrigues Pereira

**Suplente:**

Rafaela Schilling Vellinho

**Auxiliar:**

Fábio Barbosa de Oliveira Elizeu

Responsáveis pela Gestão da Ata de Registro de Preços (se houver)

Servidores responsáveis pelo acompanhamento de execução da Nota de Empenho e/ou Contrato.

**Gestor:**

-

**Suplente:**

-

**Auxiliar:**

-



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE PETILO MASCARENHAS, CHEFE DE SEÇÃO**, em 08/05/2026, às 17:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA RUFINO, SECRETÁRIA**, em 08/05/2026, às 17:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **7404401** e o código CRC **1AF0CA5D**.